

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	48
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	52
-------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	191.725
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>191.725</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	741.154	718.721
1.01	Ativo Circulante	36.434	16.939
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.301	5.656
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.149	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.149	0
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	8.149	0
1.01.03	Contas a Receber	8.545	9.448
1.01.03.01	Clientes	8.545	9.448
1.01.06	Tributos a Recuperar	288	147
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	288	147
1.01.07	Despesas Antecipadas	491	1.064
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	660	624
1.01.08.03	Outros	660	624
1.01.08.03.01	Outros créditos	660	624
1.02	Ativo Não Circulante	704.720	701.782
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.223	5.770
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.223	4.832
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.223	4.832
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	938
1.02.03	Imobilizado	18.534	16.832
1.02.04	Intangível	681.963	679.180
1.02.04.01	Intangíveis	681.963	679.180

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	741.154	718.721
2.01	Passivo Circulante	153.335	508.467
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.123	1.723
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.123	1.723
2.01.02	Fornecedores	5.002	4.731
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.088	1.999
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.088	1.999
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	2.088	1.999
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	373.337
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	373.337
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	373.337
2.01.05	Outras Obrigações	135.639	119.394
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	124.808	107.196
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	124.808	107.196
2.01.05.02	Outros	10.831	12.198
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.713	1.713
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	485	507
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	8.633	9.978
2.01.06	Provisões	8.483	7.283
2.01.06.02	Outras Provisões	8.483	7.283
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	352	837
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção	140	0
2.01.06.02.06	Provisão para construção de obras futuras	7.991	6.446
2.02	Passivo Não Circulante	384.742	13.029
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	371.472	0
2.02.01.02	Debêntures	371.472	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.839	4.788
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.839	4.788
2.02.04	Provisões	7.431	8.241
2.02.04.02	Outras Provisões	7.431	8.241
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	3.619	3.196
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	3.718	4.957
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	94	88
2.03	Patrimônio Líquido	203.077	197.225
2.03.01	Capital Social Realizado	191.725	191.725
2.03.01.01	Subscrito	191.725	191.725
2.03.04	Reservas de Lucros	5.500	5.500
2.03.04.01	Reserva Legal	361	361
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	5.139	5.139
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.852	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	57.302	75.274
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-30.339	-55.128
3.03	Resultado Bruto	26.963	20.146
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.505	-4.933
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.504	-4.933
3.04.02.01	Despesas operacionais	-3.504	-4.933
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	0
3.04.05.01	Outras despesas, líquidas	-1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.458	15.213
3.06	Resultado Financeiro	-14.585	-16.858
3.06.01	Receitas Financeiras	11.667	864
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.252	-17.722
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.873	-1.645
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.021	452
3.08.01	Corrente	-1.362	-281
3.08.02	Diferido	-1.659	733
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.852	-1.193
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.852	-1.193
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,05000	-0,01000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,05000	-0,01000

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	42.986	6.784
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.535	21.264
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	8.873	-1.645
6.01.01.02	Depreciação e amortização	4.594	3.685
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	596	372
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários	-30	9.879
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	25.627	0
6.01.01.07	Constituição/atualização monetária de provisão para contingências e direito de outorga	6	8.089
6.01.01.08	Provisão para manutenção	477	587
6.01.01.09	Atualização da provisão para manutenção	392	297
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.451	-14.480
6.01.02.01	Clientes	903	226
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.511	1.172
6.01.02.04	Outros créditos	-36	2.500
6.01.02.05	Fornecedores	271	-3.241
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuição a recolher	89	-27
6.01.02.07	Obrigações sociais	400	599
6.01.02.08	Empresas relacionadas	17.612	530
6.01.02.10	Impostos diferidos	1.660	0
6.01.02.11	Juros pagos	-16.767	-15.070
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.847	-1.070
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-1.345	-99
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.675	-42.368
6.02.01	Aquisição do imobilizado e intangível	-9.675	-42.368
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.666	-38.603
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-8.119	0
6.03.02	Captação de debêntures	358.475	0
6.03.03	Aporte de capital	0	31.000
6.03.04	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-371.000	0
6.03.05	Pagamento de credor pela concessão	-22	-69.603
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.645	-74.187
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.656	80.667
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.301	6.480

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.852	0	5.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.852	0	5.852
5.07	Saldos Finais	191.725	0	5.500	5.852	0	203.077

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	20.725	0	0	-2.477	0	18.248
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.725	0	0	-2.477	0	18.248
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.000	0	0	0	0	31.000
5.04.01	Aumentos de Capital	31.000	0	0	0	0	31.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.193	0	-1.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.193	0	-1.193
5.07	Saldos Finais	51.725	0	0	-3.670	0	48.055



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	61.422	78.665
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	61.422	78.665
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.185	-52.215
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-23.112	-49.420
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.073	-2.795
7.03	Valor Adicionado Bruto	36.237	26.450
7.04	Retenções	-4.594	-3.685
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.594	-3.685
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	31.643	22.765
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.667	864
7.06.02	Receitas Financeiras	11.667	864
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.310	23.629
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.310	23.629
7.08.01	Pessoal	4.065	4.161
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.377	3.503
7.08.01.02	Benefícios	561	537
7.08.01.03	F.G.T.S.	127	121
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.141	2.939
7.08.02.01	Federais	4.765	982
7.08.02.03	Municipais	2.376	1.957
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.252	17.722
7.08.03.01	Juros	9.337	9.879
7.08.03.03	Outras	16.915	7.843
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.852	-1.193
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.852	-1.193

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

## Ecopistas anuncia resultados do 1T11: *Margem EBITDA de 49,0%*

**Itaquaquecetuba, 9 de maio de 2011** – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 (1T11). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2010.

### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 1T11 foi de R\$57.302 mil, uma queda de 23,9% em relação ao 1T10.
- O EBITDA de R\$28.057 mil no 1T11, demonstra um crescimento de 48,5% em relação ao 1T10 resultando na margem EBITDA de 49,0%.

Destques (em milhares de reais – R\$)	1T11	1T10	Var.
Tráfego Total – milhares de veículos	15.523	10.221	51,9%
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	19.795	13.879	42,6%
Tarifa Média <sup>1</sup>	2,30	2,70	-14,7%
Receita líquida	57.302	75.274	-23,9%
Lucro bruto	26.964	20.146	33,8%
EBIT <sup>2</sup>	23.460	15.213	54,2%
Lucro líquido	5.853	(1.193)	n.m
EBITDA <sup>3</sup>	28.057	18.898	48,5%
Margem EBITDA	49,0%	25,1%	23,9 p.p
Capex	9.675	42.400	-77,2%
Dívida Líquida	345.022	345.435	-0,1%

<sup>1</sup> Início das operações em 18 de junho de 2009.

<sup>2</sup> em Reais

<sup>3</sup> EBIT = Receita Líquida - Custo dos Serviços Prestados - Desp. Gerais e Administrativas

<sup>4</sup> EBITDA = EBIT + Depreciação & amortização

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável pela administração do corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão. Esta nova concessão está alinhada com a nossa estratégia de sermos um grupo atuante na área de infraestrutura logística.

### ANÁLISE DO RESULTADO

#### RECEITA BRUTA

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 1T11 totalizou R\$61.422 mil, uma queda de 21,9% em comparação aos 1T10.

Receita Bruta (R\$ milhares)	1T11	1T10	Var.
Receitas de Pedágio	45.583	37.489	21,6%
Receitas Acessórias	2.193	1.800	21,8%
Receita de Construção ICPC-01	13.646	39.376	-65,3%
<b>Total</b>	<b>61.422</b>	<b>78.665</b>	<b>-21,9%</b>

No 1T11, a receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 74,2% da receita bruta.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita de Construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção

### TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos e de eixos equivalentes, ocorrido na concessionária no 1T11.

<b>Volume de Tráfego</b>			
<b>(nº de veículos pagantes)</b>	<b>1T11</b>	<b>1T10</b>	<b>Var.</b>
Passeio	13.655	8.539	62,8%
Comercial	1.867	1.682	-66,0%
<b>Total</b>	<b>15.532</b>	<b>10.221</b>	<b>11,8%</b>
<b>Eixos equivalentes (pagantes)</b>			
Passeio	13.420	8.388	60,0%
Comercial	6.375	5.491	16,1%
<b>Total</b>	<b>19.795</b>	<b>13.879</b>	<b>42,6%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 32,2% corresponderam ao tráfego de veículos passeio e 67,8% corresponderam aos veículos comerciais no 1T11.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente:

Tarifa Média (em RS/)	1T11	1T10	Var.
Ecopistas	2,30	2,70	-14,75%

*Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.*

### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 1T11 totalizou R\$33.844, 59,1% sobre a receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas ( milhares)	1T11	1T10	Var.
Pessoal	4.065	4.161	-2,3%
Conservação e manutenção	2.120	2.881	-26,4%
Serviços de terceiros	4.595	4.927	-6,7%
Seguros	573	1.172	-51,1%
Poder concedente	1.433	1.179	21,5%
Depreciação e amortização	4.598	3.685	24,8%
Provisão manutenção ICPC 01	478	587	-18,6%
Custo de construção de Obras ICPC 01	13.646	39.376	-65,3%
Outros	2.335	2.093	11,6%
<b>TOTAL</b>	<b>33.843</b>	<b>60.061</b>	<b>-43,7%</b>

*(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.*

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no 1T11 atingiu R\$28.057 com margem de 49,0%.

<b>EBTIDA</b> (milhares de R\$)	<b>1T11</b>	<b>1T10</b>	<b>Var.</b>
Lucro/Prejuízo do trimestre	5.853	(1.193)	n.m
Imposto de renda e contrib.social	(3.022)	452	n.m
Resultado Financeiro	(14.585)	(16.858)	-13,5%
Outras despesas e Receitas Líquidas	(1)	-	-
Depreciação e Amortização	4.598	3.685	24,8%
<b>EBTIDA</b>	<b>28.057</b>	<b>18.898</b>	<b>48,5%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>49,0%</b>	<b>25,1%</b>	<b>23,9 p.p</b>

### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T11 foi negativo em R\$14.585, sendo que 103,6% referem-se aos juros apropriados no semestre e 49,4% referente à variação monetária sobre o direito de outorga amortizados pela receita financeira no montante de R\$11.667.

<b>Resultados financeiro</b> (milhares de R\$)	<b>1T11</b>	<b>1T10</b>	<b>Var.</b>
Juros sobre notas promissórias	(5.777)	(9.879)	53,0%
Juros sobre financiamentos	(9.337)	-	n.m
Variação monetária sobre financiamentos	(3.302)	-	n.m
Variação monetária sobre direito de outorga	(7.211)	(8.089)	-10,9%
Receita sobre aplicação financeira	11.667	864	n.m
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(392)	(297)	31,9%
Outros efeitos financeiros	(233)	543	n.m
<b>TOTAL</b>	<b>(14.585)</b>	<b>(16.858)</b>	<b>-13,5%</b>

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****ENDIVIDAMENTO**

Em 31 de março de 2011, a dívida líquida da Companhia somou R\$345.022.

<b>Credores</b> (R\$)	<b>31/3/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Var.</b>	<b>Taxas Atuais</b>	<b>Vencimento</b>
5ª Emissão de Notas Promissórias-Itaú	-	373.337	n.a	CDI + 1,2% a.a.	abr-11
Debêntures	371.472	-	n.a	8,25% a.a+IPCA	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)
<b>Dívida Total</b>	<b>371.472</b>	<b>373.337</b>	<b>5,6%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	18.301	5.656	182,4%		
Aplicação financeira vinculada	14.543	3.986	-		
<b>Dívida Líquida</b>	<b>345.022</b>	<b>367.681</b>	<b>-0,1%</b>		

<b>Série</b>	<b>Valor do Principal</b>	<b>Juros</b>
1ª série	92.500	
2ª série	92.500	
3ª série	92.500	
4ª série	92.500	

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na Companhia no 1T11 totalizaram R\$9.675, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pela concessionária.

CAPEX (milhares de R\$)	1T11	1T10	Var.
Capex	9.675	42.400	-77,18%

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Relacionamento com Auditores Independentes: A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria presta em 2011, serviços para a preparação de diagnóstico para a futura implementação do IFRS pela Companhia. Os honorários relativos a esse trabalho representaram, aproximadamente, 20% dos honorários anuais de auditoria.

*As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.*

\*\*\*\*\*



**Notas Explicativas DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**2.2. Base de elaboração**

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As informações trimestrais são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

## Notas Explicativas

### 2.4. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

#### a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### b) Aplicações financeiras

- Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

## Notas Explicativas

### c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### 2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação e por perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### 2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## Notas Explicativas

### 2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

### 2.8. Passivos financeiros

#### Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e notas promissórias. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 2.9. Notas promissórias

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 12).

## Notas Explicativas

### 2.10. Tributação

#### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição, não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

## Notas Explicativas

### 2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme a base histórica de perda.

### 2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

## Notas Explicativas

### 2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

### 2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e notas promissórias, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

### 2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações trimestrais, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações trimestrais, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 19).

### 2.16. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas

### 2.17. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas que emendam as normas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de março de 2011, sendo essas:

- a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.
- b) Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros.
- c) Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da “IAS 12 - Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo de se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo por meio do uso ou da venda.
- d) Modificação à IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação à “IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs)”, que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas informações trimestrais nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.



## Notas Explicativas

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas das IFRSs e as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no contrato de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 28.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

## Notas Explicativas

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar norte-americano, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

## Notas Explicativas

### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste ao valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimativa para todo o período de concessão), descontados através da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide notas explicativas nº 15 e 16.
- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 17.

## Notas Explicativas

### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	3.758	1.670
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	<u>14.543</u>	<u>3.986</u>
	<u>18.301</u>	<u>5.656</u>

(\*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas de 100,0 a 103,14% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

## Notas Explicativas

### 5. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico	6.323	8.723
Cupons de pedágio	1.621	223
Outros	<u>601</u>	<u>502</u>
	<u>8.545</u>	<u>9.448</u>

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>8.545</u>	<u>9.448</u>

### 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	263	134
Outros impostos a recuperar	<u>25</u>	<u>13</u>
	<u>288</u>	<u>147</u>

### 7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 31 de março de 2011 é de R\$491 (R\$1.064 em 31 de dezembro de 2010) e é composto por prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

**Notas Explicativas****8. IMOBILIZADO**

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>14.828</u>	<u>271</u>	<u>731</u>	<u>241</u>	<u>761</u>	<u>16.832</u>
Adições	2.634	22	12	-	97	2.765
Baixas	-	-	-	-	(43)	(43)
Depreciações	<u>(984)</u>	<u>(8)</u>	<u>(20)</u>	<u>(2)</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.020)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>16.478</u>	<u>285</u>	<u>723</u>	<u>239</u>	<u>809</u>	<u>18.534</u>

Taxas anuais de depreciação (%) 20,0 10,0 10,0 17,6 -

A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos estão registrados próximos ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 31 de março de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

**9. INTANGÍVEL**

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>677.529</u>	<u>949</u>	<u>702</u>	<u>679.180</u>
Adições	6.845	36	29	6.910
Baixas	(553)	-	-	(553)
Amortizações	<u>(3.533)</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>	<u>(3.574)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>680.288</u>	<u>985</u>	<u>690</u>	<u>681.963</u>

Taxas anuais de depreciação (%) (\*) - 5,0 -

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

## Notas Explicativas

### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das perdas tributárias e cíveis e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	32	30
Provisão para manutenção/obras futuras	(2.272)	(4.344)
Prejuízos fiscais	1.234	4.802
Outros	<u>(610)</u>	<u>(444)</u>
	<u>(1.616)</u>	<u>44</u>
Ativo diferido	4.223	4.832
Passivo diferido	<u>(5.839)</u>	<u>(4.788)</u>
	<u>(1.616)</u>	<u>44</u>

#### b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(991)	(207)
Imposto de renda diferido	<u>(1.472)</u>	<u>539</u>
	<u>(2.463)</u>	<u>332</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(371)	(74)
Contribuição social diferida	<u>(187)</u>	<u>194</u>
	<u>(558)</u>	<u>120</u>

**Notas Explicativas**

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.873	(1.645)
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(3.017)	559
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(4)</u>	<u>(107)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(3.021)</u>	<u>452</u>

## 11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	900	901
Cofins	485	507
PIS	105	110
Outros	<u>598</u>	<u>481</u>
	<u>2.088</u>	<u>1.999</u>



## Notas Explicativas

### 12. NOTAS PROMISSÓRIAS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>31/12/2010</u>
Itaú	Nacional	Dezembro de 2010	CDI + 1,2% a.a.	<u>373.337</u>

Em 8 de dezembro de 2010, a Companhia realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o valor total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora EcoRodovias: a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, esta deverá manter os índices financeiros menores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação da despesa financeira com o EBITDA maior que 1,35 ponto e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$450.000. Em 31 de março de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos. Entre outras, em garantia das notas promissórias, a controlada Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios e ofereceu como garantia real a alienação fiduciária de 100% das ações detidas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. na Companhia, nos termos dos instrumentos particulares de contrato de coordenação, colocação e distribuição das notas promissórias, datados de 15 de dezembro de 2009 e 11 de junho de 2010, respectivamente (“Notas Promissórias Ecopistas”).

As taxas aplicáveis à remuneração das notas promissórias são conforme contrato. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as notas promissórias. As despesas com emissão serão amortizadas pelo prazo de 120 dias e registradas como resultado financeiro.

**Notas Explicativas****13. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31.03.2011</u>
Principal corrigido	377.211
Remuneração (juros)	5.777
Custos com emissão de debêntures	<u>(11.516)</u>
	<u>371.472</u>
Circulante	-
Não circulante	<u>371.472</u>

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira séries no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As séries, ofertadas ao mercado local, tem atualização monetária anula pela variação do IPCA e Juros Remuneratórios a serem definidos em processo de bookbuilding, com taxa teto, correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis).

<u>Descrição</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2011	1ª série – R\$1.037,11 2ª série – R\$1.037,11 3ª série – R\$1.037,11 4ª série – R\$1.037,11
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – Atualização Monetária anula pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – Juros Remuneratórios a serem definidos em processo de bookbuilding, com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)

**Notas Explicativas**

<u>Descrição</u>	<u>Ecopistas</u>
Vencimento da amortização	<p>1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23)</p> <p>2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22)</p> <p>3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22)</p> <p>4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)</p>
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da 1ª parcela a quantia equivalente a 3 vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida);</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação);</p> <p>c) No que se refere as Debêntures objeto da Escritura, constituição da quantia equivalente a próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das Debêntures (no dia seguinte à liquidação das Debêntures)</p>
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda

## Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31.03.2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	26.113	(1.752)	24.361
2013	34.817	(1.006)	33.811
2014	34.817	(1.006)	33.811
2015	34.817	(1.006)	33.811
2016	34.817	(1.006)	33.811
a partir 2017	<u>217.607</u>	<u>(5.740)</u>	<u>211.867</u>
	<u>382.988</u>	<u>(11.516)</u>	<u>371.472</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtido pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

### 14. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de março de 2011, os saldos relativos a operações com empresas relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	<u>Natureza</u>	Ativo não	Passivo circulante	
		circulante	Contas	Mútuos
		<u>Imobilizado</u>	<u>a pagar</u>	
	Outras partes relacionadas	-	87	-
CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (b)		-	620	124.101
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	-	707	124.101
Total em 31 de março de 2011		-	707	124.101
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>57.886</u>	<u>644</u>	<u>106.552</u>
			Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
<u>Demonstração do resultado</u>				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta		521	1.483
Total em 31 de março de 2011			521	1.483
Total em 31 de dezembro de 2010			<u>1.872</u>	<u>5.328</u>

## Notas Explicativas

- (a) O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas à controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de março de 2011, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem a atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à controladora indireta da Companhia, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$5.370, o término do contrato foi em fevereiro de 2010 e os saldos em aberto referem-se a título de caução. Em 31 de março de 2011, há um saldo de R\$286 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem a atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$8.016, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Em 31 de março de 2011, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 31 de março de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em de 31 de dezembro de 2011 em R\$833.

**Notas Explicativas**

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	81	369
Benefícios diretos e indiretos	<u>31</u>	<u>238</u>
	<u>112</u>	<u>607</u>

**15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, sendo ajustados a valor presente com a taxa de 10,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada cinco anos.

Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	5.007	4.332
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(1.248)</u>	<u>(1.136)</u>
	<u>3.759</u>	<u>3.196</u>
Circulante	<u>140</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>3.619</u>	<u>3.196</u>

**16. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 10,73% ao ano.

Em 31 de março de 2011, o saldo é de R\$11.709 (R\$11.403 em 31 de dezembro de 2010) e está demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.270	13.270
Ajuste a valor presente	<u>(1.561)</u>	<u>(1.867)</u>
	<u>11.709</u>	<u>11.403</u>
Circulante	<u>7.991</u>	<u>6.446</u>
Não circulante	<u>3.718</u>	<u>4.957</u>

**Notas Explicativas**

## 17. CREDOR PELA CONCESSÃO

31/03/2011 31/12/2010

Parcelas variáveis	<u>485</u>	<u>507</u>
--------------------	------------	------------

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

## 18. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis está demonstrado a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/03/2011</u>
Cível (a)	80	3	3	86
Trabalhista (b)	<u>8</u>	-	-	<u>8</u>
	<u>88</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>94</u>

## (a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

## (b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

## Notas Explicativas

### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 31 de março de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a composição acionária é conforme segue:

#### Eventos societários

Em 27 de abril de 2009, quando da constituição da Companhia, o capital social foi integralizado em R\$1,00, correspondente a 1.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$85.945, correspondente a 85.945.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$85.946, correspondente a 85.946.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O saldo foi integralizado durante o período de 2010.

Em 31 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$19.779, correspondente a 19.779.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$105.725, correspondente a 105.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de junho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$34.000, correspondente a 34.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$139.725, correspondente a 139.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$24.500, correspondente a 24.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$164.225, correspondente a 164.225.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$27.500, correspondente a 27.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$191.725, correspondente a 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os aumentos de capital foram subscritos e totalmente integralizados pela acionista EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

#### b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social, até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.



## Notas Explicativas

### c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

### d) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

## 20. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	21.187	19.531
Pedágio por equipamento eletrônico	22.894	17.041
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>1.502</u>	<u>917</u>
	45.583	37.489
Receita de construção	13.646	39.376
Receitas acessórias (*)	<u>2.193</u>	<u>1.800</u>
	15.839	41.176
Receita bruta	<u>61.422</u>	<u>78.665</u>
Deduções da receita	<u>(4.120)</u>	<u>(3.391)</u>
Receita líquida	<u>57.302</u>	<u>75.274</u>

(\*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, publicidade, implantação e concessão de acessórias.

**Notas Explicativas****21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Pessoal	4.065	4.161
Conservação e manutenção	2.120	2.881
Serviços de terceiros (*)	4.595	4.927
Seguros	574	1.172
Poder Concedente	1.433	1.179
Provisão para manutenção	478	587
Custos com construção	13.646	39.376
Depreciação e amortização	4.594	3.685
Locações	432	513
Outros	<u>1.899</u>	<u>1.580</u>
	<u>33.844</u>	<u>60.061</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	30.339	55.128
Despesas gerais e administrativas	<u>3.505</u>	<u>4.933</u>
	<u>33.844</u>	<u>60.061</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

**22. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	11.667	864
Despesas financeiras:		
Juros sobre notas promissórias	-	(9.879)
Juros sobre debêntures	(5.777)	-
Juros sobre financiamentos	(9.337)	-
Variação monetária sobre direito de outorga	-	(8.089)
Variação monetária sobre debêntures	(7.211)	-
Variação cambial sobre financiamentos	(3.302)	-
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - ICPC 01	(392)	(297)
Outras	<u>(233)</u>	<u>543</u>
	<u>(26.252)</u>	<u>(17.722)</u>
Resultado financeiro	<u>(14.585)</u>	<u>(16.858)</u>

**Notas Explicativas****23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações	<u>0,05</u>	<u>(0,01)</u>

**b) Lucro (prejuízo) básico por ação**

O lucro (prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro (prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	<u>5.852</u>	<u>(1.193)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	<u>111.558</u>	<u>85.946</u>

**c) Lucro básico diluído**

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

**24. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No período de 31 de março de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$150 (R\$ 757 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

**25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros), de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

## Notas Explicativas

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas estratégicas definidas pela Administração da Companhia.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas e define limites percentuais de alocação de recursos e de valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificadas como mantidas para negociação. Em 31 de março de 2011, as aplicações financeiras são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 100,8% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Notas promissórias: registradas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais acrescidos dos custos das transações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2011 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.301	18.301
Clientes	8.545	8.545
Aplicações financeiras	14.543	14.543
Passivos:		
Fornecedores	5.002	5.002
Debêntures	371.472	371.472
Credor pela concessão	485	485

#### a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e notas promissórias de curto e longo prazos.

## Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

### c) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

### d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

### e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de “performance”.

### Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA, principal indicador das debêntures contratadas pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Debêntures	IPCA	<u>344.540</u>	<u>380.504</u>	<u>416.500</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

## Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
IPCA (*)	<u>5,59%</u>	<u>6,99%</u>	<u>8,39%</u>

(\*) Refere-se à taxa do IPCA em 31 de março de 2011.

### 26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$24 (R\$96 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 27. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de março de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho/2010 a junho/2011	158.360
Responsabilidade civil	Junho/2010 a junho/2011	172.801
Riscos patrimoniais	Junho/2010 a junho/2011	1.831.295
Riscos - perda de receita	Junho/2010 a junho/2011	172.801
Riscos de engenharia	Junho/2010 a junho/2011	14.992

## Notas Explicativas

### 28. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

## Notas Explicativas

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita de construção	13.646	39.376
Custos de construção	<u>(13.646)</u>	<u>(39.376)</u>
	=====	=====

Em 31 de março de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$378.027 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

### 29. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Não há transações que não afete o caixa em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

### 30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de maio de 2011.



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A seguir informações sobre a quantidade das ações ordinárias detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações, incluindo conselheiros e outros acionistas.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Concessionária das Rodovias Carvalho Pinto e Ayrton Senna S.A-Ecopistas					Posição em 31/03/2011	
					(Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A	191.724.995	100,0	-	-	191.724.995	100,0
Minoritários	5	0,00	-	-	5	0,00
<b>Total</b>	<b>191.725.000</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>191.725.000</b>	<b>100,00</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: EcoRodovias Concessões e Serviços S.A					Posição em 31/03/2011	
					(Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
EcoRodovias InfraEstrutura e Logística S.A	391.283.116	100,0	-	-	391.283.116	100,0
Minoritários	8	0,00	-	-	8	0,00
<b>Total</b>	<b>391.283.124</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>391.283.124</b>	<b>100,00</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Ecorodovias InfraEstrutura e Logística S.A					Posição em 31/03/2011	
					(Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Primav Construções e Serviços S.A.	251.351.396	45,0%	-	-	251.351.396	45,0%
Impregilo International Infrastructures. N.V *	163.344.673	29,2%	-	-	163.344.673	29,2%
Free Float	143.930.992	25,8%	-	-	143.930.992	25,8%
Outros Acionistas	72.019	0,0%	-	-	72.019	0,0%
<b>Total</b>	<b>558.699.080</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>558.699.080</b>	<b>100,0%</b>

\* Companhia sediada no exterior item facultativo de abertura até o nível de pessoa física.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Primav Construções e Serviços S.A.					Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,0	-	-	1.200.178.639	99,0
Outros	492	1,0	-	-	492	1,00
Total	1.200.179.131	100	-	-	1.200.179.131	100

**CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções 31/03/2011						
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Ações de Fruição	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Participare Administração e Participações Ltda.	18.130.003	70,0	-	-	6.370.000	70,000
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A.	7.769.994	30,0	-	-	2.730.000	30,0
Belmiro Valverde Jobim Castor	1	0,0	-	-	-	-
Francisco Henrique P. Fernandes	1	0,0	-	-	-	-
Marco Antonio Cassou	1	0,0	-	-	-	-
Cecílio do Rego Almeida	-	-	1	13	-	-
Cesar Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	1	13	-	-
Guilherme Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Ricardo Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Roberto Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	-	-	1	13	-	-
Total	25.900.000	100	8	100	9.100.000	100

**Participare Administração e Participações Ltda.**

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia:Participare Administração e Participações Ltda						Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Denise Beltrão de Almeida Cassou	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Espólio Roberto Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Cesar Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Marcelo Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Guilherme Beltrão de Almeida	508.756.528	8,93	-	-	508.756.528	8,93
Ricardo Beltrão de Almeida	508.756.528	8,93	-	-	508.756.528	8,93
Fribourg Investments Corp.	4.513.617	0,08	-	-	4.513.617	0,08
Total	5.697.941.921	100,0	-	-	5.697.941.921	100,0

**Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia:Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A						Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	92.312.558	4,00	-	-	92.312.558	4,0
Guilherme Beltrão de Almeida	738.500.539	32,00	-	-	738.500.539	32,0
Denise Beltrão de Almeida Cassou	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Espolio Roberto Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Cesar Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Marcelo Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Ricardo Beltrão de Almeida	738.500.539	32,00	-	-	738.500.539	32,0
Total	2.307.814.400	100	-	-	2.307.814.400	100

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A seguir informações consolidadas sobre a participação direta e indireta dos grupos de Acionista Controlador, Membros do Conselho de Administração e Diretores posição 31 de março de 2011.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Acionista	Posição em 31/03/2011					
	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade de Preferências/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	414.696.069	74,23	-	-	414.696.069	74,23
Administradores						
Conselho de Administração	10	0,00	-	-	10	0,00
Diretoria	72.009	0,01	-	-	72.009	0,01
Conselho Fiscal <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	0,00
Outros Acionistas	143.930.992	25,76	-	-	143.930.992	25,76
Total	558.699.080	100,00	-	-	558.699.080	100,00
Ações em Circulação	143.930.992	25,76	-	-	143.930.992	25,76

(1) O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembléia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei.

A seguir informações sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem:

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.  
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

#### Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA") referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.